



Demonstrações financeiras Exercício 2021



Relatório de Atividade 2021

Caros e Caras Irmãos

No ano de 2021, verificou-se a continuidade dos resultados negativos, que em 2020 chegaram ao montante de -268.141,00, sendo agora de -335.992,00 Estes resultados negativos acumulados demonstram a necessidade premente de inversão do ciclo, alterando o modelo de gestão da instituição. Desde Janeiro do presente ano civil, que iniciamos a reestruturação e reorganização, tais como: a implementação da qualidade; centralização das compras; autonomização das diretoras das valências; monitorização mensal da execução do orçamento; modernização da imagem da Santa Casa; atualização das mensalidades no ERPI; início do processo de atualização e refiliação dos irmãos; monitorização do tempo médio por utente e das rotas no SAD; no CI houve atualização da taxa de inscrição e implementação de critérios no regulamento interno de forma a atrair também utentes de rendimentos mais elevados; reorganização e melhoramento da cozinha; assinatura de acordo com a SS para o atendimento no âmbito do CAV; implementamos medidas de recursos humanos como a dispensa dos trabalhadores no seu dia de aniversário.

Iremos agora abordar especificamente cada uma das valências da Santa Casa da Misericórdia de Montijo:

1. ERPI (Lar de S. José):

1.1. Alcançar a satisfação/confiança dos utentes e famílias – O Lar de S. José monitoriza anualmente a satisfação dos seus utentes e familiares através de inquéritos de satisfação, bem como o registo de elogios e reclamações, no ano 2021 devido à Pandemia não foi aferida a satisfação por questionários, no entanto foram registados dois elogios escritos e zero reclamações. Foram criadas condições e elaborado um plano de visitas de forma a manter o contacto frequente com as famílias.

1.2. . Garantir a satisfação dos utentes em relativamente à alimentação – esta tem sido uma grande preocupação da Instituição e por esta razão a ERPI avalia continuamente a satisfação dos utentes. No ano 2020 não conseguimos atingir o



objetivo traçado de 65% de satisfação com a alimentação. No entanto, foram elaboradas novas ementas tendo em conta as sugestões apresentadas pelos próprios utentes.

1.3. . Controle e diminuição por Úlceras de Pressão - em 2021 atingiu o objetivo pretendido tendo monitorizado um valor abaixo dos 7 % definidos como meta.

1.4. Prevenção de quedas - A segurança do utente é também uma das preocupações da ERPI no ano 2021 registaram-se 5 quedas com encaminhamento hospitalar, número abaixo da meta traçada.

1.5. Adesão dos utentes às sessões de Fisioterapia – Garantir a frequência dos utentes em sessões de fisioterapia. Este objetivo monitorizado trimestralmente não foi atingido apenas no primeiro trimestre devido à Pandemia, nos restantes trimestres foram todos os objetivos propostos.

1.6. Garantir o cumprimento do Plano de Atividades Socioculturais – Este objetivo assume-se também como um dos objetivos muito relevantes no âmbito da Intervenção em ERPI. No primeiro trimestre não foram realizadas as atividades planeadas, no entanto nos restantes trimestres a percentagem das atividades realizadas situa-se acima dos 90% atingindo assim o objetivo proposto.

2. UCCI S. Rafael:

2.1. Promover a proximidade com todas as famílias – Devido à continuidade da Pandemia durante o ano 2021 o contacto dos nossos utentes com as suas famílias continuou a ser restrito. A UCCI procurou, reduzir este constrangimento através do nº de contactos telefónicos, vídeo chamadas e conferencias familiares, bem como informações da equipa clínica a todos os familiares

	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Nº Conferencias Familiares	10	6	12	9

Inf. Clínica	Equipa	7	9	7	10
---------------------	---------------	---	---	---	----

- 2.2. Promoção do Controlo de Infeção e Plano de Contingência** - Embora fosse dado a todos os profissionais um acompanhamento contínuo em algumas dúvidas que surgiam no dia a dia, a UCCI planeou momentos de formação relacionados com o controle de Infeção e implementação do Plano de Contingência, sendo este também adaptado ao longo do ano de acordo com as normas da DGS. No Ano 2021 em cada trimestre foram realizadas 2 ações de formação.
- 2.3. Adesão dos utentes às sessões de Fisioterapia** – Este objetivo surge pela necessidade constante que sentimos em que todos os utentes se motivem para cumprir o seu plano de fisioterapia. A Unidade faz um grande investimento nesta área de intervenção de forma a potenciar a autonomia e mobilidade dos seus utentes. Ao longo do ano a UCCI monitoriza a percentagem de utentes que cumprem o seu plano de fisioterapia. No ano 2021, 83% dos utentes cumpriram o seu plano de fisioterapia.
- 2.4. Não ter registo de úlceras de pressão iniciadas na Unidade** - Sendo uma Unidade da RNCCI a UCCI S. RAFAEL recebe utentes com UP, no entanto tem como objetivo não ter UP iniciadas na Unidade, no final de 2021 a UCCI cumpriu este objetivo.
- 2.5. Prevenção de quedas** - A segurança do utente é também uma das preocupações da unidade que definiu como objetivo não ter mais do que 6 quedas anuais tendo sido este o objetivo cumprido.
- 2.6. O cumprimento das Atividades Socioculturais** – Este objetivo assume-se também como um dos objetivos relevantes. Durante o ano 2021 a UCCI dinamizou um Plano de Atividades com o tema Saúde. Este plano não foi cumprido na sua totalidade devido aos constrangimentos do Plano de Contingência. O plano foi sendo adaptado, mas a falta de alguns profissionais por razões de isolamento profilático condicionou a realização das respetivas atividades.



3. SAD:

3.1. Alcançar a confiança/ satisfação dos utentes e familiares nos cuidados/serviços de SAD: Não foi possível alcançar a meta definida de 30 visitas mensais devido à pandemia. Foram realizadas o número total de **visitas de admissão** de utentes ou seja (DT e ES) foram ao domicílio do novo utente dar indicações/procedimentos aos familiares para se proceder à integração do utente para satisfazer o melhor possível as suas necessidades. 88% foi o índice de satisfação dos utentes relativo ao ano de 2020 no SAD. Ainda não se procedeu aos inquéritos de satisfação dos utentes do ano 2021.

3.2. Manter a prestação de cuidados adaptada às necessidades dos utentes: A reavaliação e alteração de necessidades é sempre reportada à DT/ES, sempre que se verifique essa situação. O cuidado diário dos utentes permite a deteção /alteração e avaliação de cuidados quando necessário, para além das visitas domiciliárias pela DT ou ES, que não foram as estabelecidas como meta devido ao COVID- 19 como já foi referido. 1º Trimestre – 2 visitas; 2º Trimestre- 10 visitas; 3º Trimestre- 10 visitas; 4º Trimestre – 0:

3.3. Cumprir os serviços e horários definidos: O SAD procura sempre cumprir o horário estabelecido no Plano Individual de Cuidados, podem por vezes também ocorrer alterações por conveniência do próprio utente (motivos de saúde, fisioterapia) , que são tidos em conta e ajustados o melhor possível às necessidades e características dos mesmos.


3.4. Diminuir o número de acidentes de trabalho no decorrer dos serviços prestados: O objetivo foi cumprido pois registou-se apenas um acidente por trimestre, à exceção de um trimestre em que não de verificou nenhum.

4. Cantina Social:

A Cantina Social tem intervenção social, junto da população sem-abrigo e carenciados provenientes de famílias desfavorecidas e destruturadas, onde as carências sociais, económicas, culturais e psicológicas são evidentes.

A Cantina Social tem 3 projetos: **Cantina Social apoio Sem-Abrigo; Plano de Emergência social e Desperdício 0**

No ano de 2021, na **Cantina Social** foram apoiados 45 utentes, sendo que o protocolo com a Segurança Social é de 40 utentes, os 5 apareceram em emergência social, ao qual a cantina social deu apoio.



Em relação ao **Plano de Emergência Social**, existe um protocolo com a segurança social para 50 refeições diárias, apoiámos 14 famílias, tivemos mais um acréscimo no ano de 2021 de apoio pontual de emergência a mais 10 famílias.

No que concerne ao **Desperdício 0**, a Cantina Social da SCMM, tem alargado o seu campo de intervenção, através de protocolos com Hipermercados (Lidl, Pingo Doce/Eleclerc), com as empresas Montalva e Stec, que doam os seus excedentes, permitindo á SCMM, prestar um apoio mais amplo e completo às famílias carenciadas do nosso Concelho.

No ano de 2021, a Cantina Social, através das recolhas do Desperdício 0, apoiou em média 50 famílias mensais (163 pessoas). Deu apoio pontual a mais 34 famílias em contexto de emergência social. No total no ano de 2021, foram distribuídos 459 cabazes de produtos alimentares.

A Cantina Social, tem previsto para 2022, o alargamento de protocolos com mais Hipermercados, de forma a poder dar mais apoio alimentar às famílias carenciadas do nosso Concelho, uma vez que continua a ter mais pedidos de apoio alimentar.

5. Centro de Apoio à Vida:

- 5.1. Atendimento/Acompanhamento – foram elaborados projetos de vida em conjunto com os agregados, com base num diagnóstico prévio e na definição de objetivos e ações. Realizámos visitas domiciliárias, reuniões de articulação com serviços da comunidade e promoção do acesso aos direitos sociais. No Ano de 2021 fizemos um total de 1947 atendimentos/diligências e 167 visitas domiciliárias.
- 5.2. Ações de sensibilização e prevenção – Devido à situação de pandemia não nos foi permitido a realização de atividades de responsabilidade social, desenvolvidas em parceria com entidades locais, no âmbito de ações de sensibilização e prevenção da gravidez na adolescência. No entanto, apostámos na divulgação do projeto ao nível da comunidade e em campanhas de recolha de bens (organização e distribuição) – foram realizadas cerca de 10 campanhas de donativos no ano anterior.
- 5.3. Promoção a aquisição e o fomento das competências pessoais, sociais e profissionais das famílias – Devido à situação pandémica não foram realizadas ações de formação, no âmbito da gravidez, relações parentais, competências pessoais e sociais. Contudo, foi feita a promoção de competências parentais individualmente nas famílias que mais necessitavam. Foram realizadas 167 visitas domiciliárias, com vista à manutenção dos menores no seio familiar, apoio na gestão de conflitos e exercício ativo e responsável da maternidade e



paternidade.

- 5.4. Foi feita a articulação com serviços da comunidade, nomeadamente, projeto C(ASAS), Centro Comunitário + Cidadão, Junta de Freguesia do Montijo, Centro de Saúde do Montijo, Moita e Baixa da Banheira, Hospital do Barreiro, Registos Cíveis de Alcochete, Montijo, Moita, Baixa da Banheira e Barreiro, Finanças, SEF, Segurança Social, entre outros.
- 5.5. Criar uma resposta de acolhimento institucional – está em construção, não está concluída
- 5.6. Garantir a sustentabilidade da Resposta Social – A assinatura de acordos de cooperação com o Instituto da Segurança Social não foi realizada em 2021, apenas a 1 de fevereiro do presente ano. Por esta razão foi feita promoção de campanhas de angariação de fundos para a aquisição dos bens que as famílias necessitam, nomeadamente, rifas, trabalhos manuais, venda de compotas, campanhas de Natal nas escolas do Concelho do Montijo e Alcochete.

6. CI (S. Jorge e Rainha Santa Isabel):

- 6.1. Garantir a Satisfação dos clientes: Não obtivemos qualquer reclamação por escrito e o resultado do inquérito de satisfação feito às famílias para os dois infantários é de 95,34%.
- 6.2. Promover uma alimentação diversificada e adequada às diferentes faixas etárias atendendo às necessidades especiais: Foi atingido em 90%. No entanto sentimos necessidade de mudar as ementas mais de acordo às nossas necessidades o que não se concretizou, pois, a empresa não ouviu os nossos pedidos.
- 6.3. Garantir o acompanhamento de todos os planos individuais trimestralmente: Foi atingido em 100%.
- 6.4. Implementar o Plano Anual de Atividades: Foi atingido apenas em 90% no 2º e 3º período devido ao encerramento do infantário pela pandemia.
- 6.5. Elaborar, implementar e divulgar os Projetos Pedagógicos: Tal como o objetivo anterior apenas foi atingido em 90% devido à pandemia.
- 6.6. Monitorizámos o Número de acidentes (2 acidentes graves). Elaboração da matriz de riscos: Ficou por elaborar o plano de riscos.

O sucesso da Santa Casa da Misericórdia de Montijo, passa diretamente pela inversão da atual situação negativa. Para esta tarefa contamos com todos os trabalhadores da instituição, que com o seu esforço e dedicação revelam o seu profissionalismo no dia a dia desta Casa.

O Provedor

Handwritten signature of João José Viegas Fortinho Faria, written in black ink over a horizontal line.



PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2021

Nos termos da alínea c) do nº 1 do art.º 31º do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Montijo o Conselho Fiscal procedeu à análise e apreciação do Relatório e Contas do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados pela Mesa Administrativa.

Verificámos que os documentos em apreço foram elaborados em conformidade com as normas, os preceitos legais em vigor e, o cumprimento das normas contabilísticas adequadas.

O Conselho Fiscal obteve todas as informações solicitadas aos serviços e à Mesa Administrativa pelo que agradece a colaboração prestada.

A auditoria às contas continua a cargo da mesma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – DFK & Associados SROC.

O Resultado líquido do exercício apresenta um prejuízo de 335.991,72 euros, o que é motivo, uma vez mais de preocupação para todos nós, tanto mais que o Resultado antes das amortizações e gastos de financiamento é já negativo em 132.862,18 euros.

O aumento dos custos com as mercadorias, a diminuição das vendas e serviços prestados a utentes e rendimentos contribuíram em muito para o resultado obtido.

Financeiramente, se analisarmos o mapa dos fluxos de caixa, verifica-se que a atividade operacional da Santa Casa foi deficitária colmatada pela desmobilização de parte do valor depositado a prazo.

Esperamos que o constante desfasamento entre os custos de funcionamento das diversas valências e o apoio recebido das entidades oficiais, como temos vindo a referir, agravados também pela pandemia que ainda se fez sentir no ano de 2021, seja corrigido nos exercícios vindouros sob pena de tornar a

exploração da Santa Casa cronicamente deficitária com os problemas que daí podem advir para a sua saúde económica e financeira.

O Conselho Fiscal reunido em 28 de março de 2022 é de parecer que o Relatório e as Contas do exercício de 2021, sejam aprovados por esta Assembleia Geral.

Montijo, 28 de março de 2022

O Presidente

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke.

O Secretário

O Relator

A handwritten signature in black ink that reads "Isabelina Pereira" in a cursive script.

Índice

• Balanço Individual, em 31 de dezembro de 2021	4
• Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas, em 31 de dezembro de 2021	5
• Demonstração Individual de Fluxos de Caixa, em 31 de dezembro de 2021.....	6
• Demonstração Individual das Alterações dos Fundos Patrimoniais, em 31 de dezembro de 2021	7
• Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas - Por Valências e Atividades em 31 de dezembro de 2021	8
1. Nota introdutória	11
2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	12
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	13
3.1 Moeda funcional e de apresentação.....	13
3.2 Ativos Fixos Tangíveis e Bens do Património Histórico e Cultural	14
3.3 Ativos Intangíveis	15
3.4 Inventários	15
3.5 Clientes, contribuintes e utentes e Outros Ativos Correntes	15
3.6 Ativos Financeiros Detidos para Negociação	15
3.7 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	15
3.8 Provisões	16
3.9 Fornecedores e Outros Passivos	16
3.10 Financiamentos Bancários	16
3.11 Locações.....	16
3.12 Rédito e regime de Acréscimo	17
3.13 Subsídios.....	17
4 -. Ativos Fixos Tangíveis.....	18
5 – Investimentos em Curso	20
6. Bens do Património Histórico e Cultural.....	20
7. Inventários	21
8 . Clientes, contribuintes e utentes	21
9 . Estado e outros entes públicos	23
10. Outros ativos correntes.....	24
11. Diferimentos	25

12. Caixa e depósitos bancários	25
13. Fundos	26
14. Resultados Transitados	26
15. Ajustamento/ Outras variações nos fundos patrimoniais.....	26
16 . Financiamentos obtidos	27
17 – Fornecedores	28
18 – Outras Contas a Pagar	29
19 – Vendas e Serviços Prestados	30
20 – Subsídios, doações e legados à exploração	31
21 – CMVMC – Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	32
22. Fornecimentos e serviços externos.....	33
23. Gastos com Pessoal.....	34
24 – Outros Rendimentos	34
25 – Outros Gastos.....	35
26 – Resultados Financeiros	36
27 – Membros dos Órgãos diretivos	37
27.1 Mesa da Assembleia Geral	37
27.2 – Mesa Administrativa	37
27.3 – Conselho Fiscal.....	37
28 – Outras Informações Relevantes.....	38

A
R
S

Demonstrações Financeiras
Para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2021



Balanço Individual, em 31 de dezembro de 2021

Balanço Individual

Balanço em 31 de dezembro de 2021

Moeda: Euro

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 Dez 2021	31 Dez 2020
ATIVO			
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4, 5	4.793.247	5.184.641
Bens do património histórico e cultural	6	519.353	365.070
Outros Creditos e Activos Financeiros		27.298	17.836
		5.339.898	5.567.547
Ativo corrente			
Inventários	7	16.525	17.955
Clientes	8	81.351	60.310
Estado e outros entes públicos	9	3.335	8.974
Outras contas a receber	10	488.083	458.854
Diferimentos	11	195	4.234
Caixa e depósitos bancários	12	925.163	1.329.141
		1.514.652	1.879.467
Total do Ativo		6.854.549	7.447.015
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	13	527.457	527.457
Resultados transitados	14	3.297.216	3.586.280
Outras variações nos fundos patrimoniais	15	1.341.801	1.382.625
Resultado líquido do período		-335.992	-268.141
Total dos fundos patrimoniais		4.830.482	5.228.222
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	16	681.448	837.585
		681.448	837.585
Passivo corrente			
Fornecedores	17	262.511	357.118
Estado e outros entes públicos	9	163.864	75.518
Financiamentos obtidos	16	97.963	185.314
Diferimentos	11	184.200	214.168
Outras contas a pagar	18	634.080	549.091
		1.342.619	1.381.209
Total do Passivo		2.024.067	2.218.794
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		6.854.549	7.447.015

Montijo, 15 de março de 2022

O Contabilista Certificado

Tesoureiro

O Provedor

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas, em 31 de dezembro de 2021

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2021

Moeda : EUR

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	19	1.129.707	1.213.665
Subsídios, doações e legados à exploração	20	2.289.944	2.166.846
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	21	-349.603	-322.002
Fornecimentos e serviços externos	22	-1.241.125	-1.238.242
Gastos com o pessoal	23	-2.623.150	-2.708.388
Outros rendimentos	24	808.148	914.346
Outros gastos	25	-146.783	-74.647
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-132.862	-48.423
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-199.234	-216.849
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-332.096	-265.272
Juros e rendimentos similares obtidos	26	543	321
Juros e gastos similares suportados	26	-4.438	-3.190
Resultados antes de impostos		-335.992	-268.141
Imposto sobre o rendimento do período		0	0
Resultado líquido do período		-335.992	-268.141

Montijo, 15 de março de 2022

O Contabilista Certificado

Tesoureiro

O Provedor

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa, em 31 de dezembro de 2021

Demonstração (Individual) dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2021

Moeda: Euro

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		1.426.657	1.537.624
Pagamentos de subsídios		0	0
Pagamentos de apoios		-6.250	0
Pagamentos de bolsas		0	0
Pagamentos a fornecedores		-1.311.286	-1.229.997
Pagamentos ao pessoal		-1.740.209	-1.623.623
Caixa gerada pelas operações		-1.631.089	-1.632.108
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0	0
Outros recebimentos/pagamentos		1.287.027	1.571.983
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-344.062	-60.125
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Juros e rendimentos similares		290	321
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		290	321
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-177	-190118
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-58.787	
Juros e gastos similares		-1.242	-3190
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		-60.206	-193.308
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-403.978	-253.112
Efeito das diferenças de câmbio		0	0
Caixa e seus equivalentes no início de período		1.329.141	1.582.253
Caixa e seus equivalentes no fim de período		925.163	1.329.141

Montijo, 15 de março de 2022

O Contabilista Certificado

Tesoureiro

O Provedor

6



Demonstração Individual das Alterações dos Fundos Patrimoniais,
 em 31 de dezembro de 2021

Demonstração Individual das Alteração nos Fundos Patrimoniais, em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Notas	Capital/património Realizado	Resultados Transitados	Outras variações Nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do Exercício	Total
Posição No Início do período 2021	1	527.457	3.586.280	1.382.625	-268.141	
Resultado Líquido do Período	3				-335.992	-335.992
Resultado Integral	4=2+3				-335.992	-335.992
Operações com detentores de capital próprio						
Outras Operações	15		-289.064	-40.824	-268.141	-598.029
Posição No fim do período 2021		527.457	3.297.216	1.341.801	-335.992	4.830.482

	Notas	Capital/património Realizado	Resultados Transitados	Outras variações Nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do Exercício	Total
Posição No Início do período 2020	1	527.457	3.261.081	1.423.449	55.571	5.267.558
Resultado Líquido do Período	3				-268.141	-268.141
Resultado Integral	4=2+3				-268.141	-268.141
Operações com detentores de capital próprio						
Outras Operações	15		325.199	-40.824	-55.571	228.804
Posição No fim do período 2020		527.457	3.586.280	1.382.625	-268.141	5.228.221

Montijo, 15 de março de 2022

O Contabilista Certificado

O Tesoureiro

O Provedor

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas - Por
 Valências e Atividades em 31 de dezembro de 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	Lar de Idosos	SAD	UCCI	CIA
Vendas e serviços prestados	584.586	115.945	166.592	153.622
Subsídios, doações e legados à exploração	316.950	458.020	576.888	424.345
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-21.052	-5.109	-104.507	-745
Fornecimentos e serviços externos	-394.689	-136.505	-243.374	-108.036
Gastos com o pessoal	-505.466	-436.852	-411.289	-443.128
Outros rendimentos	6.002	2.943	39.470	3.915
Outros gastos	-1.164	0	-1.164	-322
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-14.833	-1.559	22.616	29.653
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-29.272	-7.098	-67.267	-8.051
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-44.105	-8.657	-44.651	21.602
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados	0	0	0	0
Resultados antes de impostos	-44.105	-8.657	-44.651	21.602
Imposto sobre o rendimento do período	0	0	0	0
Resultado líquido do período	-44.105	-8.657	-44.651	21.602

Santa Casa da Misericórdia de Montijo
 Demonstrações Financeiras
 31 de dezembro de 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	CIS	CANTINA SOCIAL	PEA	CAV
Vendas e serviços prestados	74.468	3.091		
Subsídios, doações e legados à exploração	186.046	141.973	45.433	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-328	-151.080		-15.948
Fornecimentos e serviços externos	-46.673	-97.471		-3.127
Gastos com o pessoal	-193.892	-80.426	-6.590	-31.067
Outros rendimentos	836	159.174		19.341
Outros gastos	-413	0	0	0
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	20.044	-24.739	38.842	-30.801
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-3.239	-1.860	0	-600
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	16.805	-26.599	38.842	-31.401
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados	0	0	0	0
Resultados antes de impostos	16.805	-26.599	38.842	-31.401
Imposto sobre o rendimento do período	0	0	0	0
Resultado líquido do período	16.805	-26.599	38.842	-31.401

Santa Casa da Misericórdia de Montijo
Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	CLDS	PRACA TOURÓS	BEIS RENDIM	IGREJA	Serv. Administrativo	Totais
Vendas e serviços prestados					31.402	1.129.707
Subsídios, doações e legados à exploração	82.195				58.094	2.289.944
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-296				-50.537	-349.603
Fornecimentos e serviços externos	-5.615	-13.285	-8.201	-1.376	-182.774	-1.241.125
Gastos com o pessoal	-66.290				-448.149	-2.623.150
Outros rendimentos	507	20.701	161.597		394.204	808.691
Outros gastos	-37.030	-410	-4.149	0	-102.132	-146.783
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-26.528	7.006	149.248	-1.376	-299.892	-132.319
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-5.329	-8.244	-28.539	-7.901	-31.834	-199.234
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-31.857	-1.238	120.709	-9.277	-331.726	-331.554
Juros e rendimentos similares obtidos						
Juros e gastos similares suportados					-4.438	-4.438
Resultados antes de impostos	-31.857	-1.238	120.709	-9.277	-336.164	-335.992
Imposto sobre o rendimento do período	0	0	0	0	0	0
Resultado líquido do período	-31.857	-1.238	120.709	-9.277	-336.164	-335.992

Montijo, 15 de março de 2022

O Contabilista Certificado

Carla Paiva

Tesoureiro

Felisa

o Provedor

Stato Fernandes



**Anexo às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(Valores expressos em Euros)

1. Nota introdutória

A Santa Casa da Misericórdia de Montijo (referida neste documento como "Santa Casa" ou SCMM") é uma entidade associativa constituída na Ordem Jurídica do Direito Canónico, cujo objetivo fundamental é praticar atos de solidariedade social e de culto católico de harmonia com o seu espírito tradicional da fraternidade.

É, assim, uma instituição Particular de Interesse Público, regida e regulada pelo respetivo compromisso estatutário, bem como pelo Estatuto Jurídico aprovado e publicado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, com as alterações legais subsequentes.

A Santa Casa da Misericórdia de Montijo opera na região do Montijo e dispõe das seguintes valências:

- Lar/Centro de dia
- Centro de infância do Afonsoeiro
- Centro de infância de Sarilhos
- Cantina social
- Unidade de Cuidados Continuados
- Serviço de Apoio Domiciliário
- Programa de emergência alimentar
- Centro de Apoio a vida

A contabilidade está estruturada por centros de custos organizados tendo por referência as supracitadas valências, sendo os gastos com a logística dos serviços de lavandaria e cozinha repartidos pelas valências com base numa chave de imputação de acordo com os consumos.

Esta entidade emprega 180 pessoas.

A atividade da SCMM é financiada pelas mensalidades cobradas aos utentes (com base



nos rendimentos destes), das valências, Terceira Idade, Infância e Juventude e Cantina Social, bem como das Rendas dos Imóveis, Donativos, entre outros.

No que concerne a outros financiamentos a SCMM tem acordos de cooperação com a Segurança Social para as valências e com a Administração Regional de Saúde para a Unidade de Cuidados Continuados.

A Entidade tem ainda uma atividade de arrendamento de Bens de Património.

Para além das demonstrações financeiras obrigatórias pelo normativo contabilístico vigente, a SCMM está obrigada, dentro dos acordos de cooperação que tem com a segurança social a prestar informação por atividades, apresentando os resultados por valência.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

a) Referencial Contabilístico

Em 2021 as demonstrações financeiras da Santa Casa foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (SNC-ESNL), que integra a Norma Contabilística de Relato Financeiro (NCRF-ESNL).

b) Pressuposto da Continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Santa Casa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do Acréscimo

A SCMM regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre aos montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

d) Classificação dos Ativos Correntes e Não Correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, as “Provisões” são classificadas como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos Contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos Subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre situações que ocorram após essa data são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materialmente relevantes.

h) Derrogação das disposições do SNC-ESNL

Não existiram. No decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-ESNL.

i) Compensação

Os ativos e passivos e os rendimentos e gastos, não são compensados, encontram-se relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração de resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo, nem nenhum gasto por qualquer rendimento. A exceção é quando a compensação reflita a substância da transação ou acontecimentos e tal for exigido ou permitido por um a NCRF.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Santa Casa da Misericórdia de Montijo são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Os gastos ou ganhos cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou outros ganhos ou gastos operacionais, para todos os outros saldos/transações.

3.2 Ativos Fixos Tangíveis e Bens do Património Histórico e Cultural

Os ativos fixos tangíveis e os bens do património histórico e cultural encontram-se registados ao custo de aquisição. Os ativos fixos tangíveis estão deduzidos das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo.

Os custos com financiamentos obtidos para a construção de ativos fixos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de Vida útil
Edifícios e outra construção	5 - 50
Equipamento Básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e Utensílios	3 - 7
Equipamento Administrativo	2 - 10
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1 - 4

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico

na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros Rendimentos Operacionais" ou "Outros Gastos Operacionais".

3.3 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a SCMM, sejam controláveis pela Santa Casa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

3.4 Inventários

As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizados ao custo de aquisição. É registado uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

3.5 Clientes, contribuintes e utentes e Outros Ativos Correntes

As contas de clientes, contribuintes e utentes e outros ativos correntes não tem implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade acumuladas", para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.6 Ativos Financeiros Detidos para Negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são transferidos substancialmente, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação.

Os ativos financeiros disponíveis para venda que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fielmente mensurado são denominados "Outros Investimentos" e encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

3.7 Caixa e Equivalentes de Caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em banco e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso



em termo de balanço no passivo corrente.

3.8 Provisões

A SCMM analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação de pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.9 Fornecedores e Outros Passivos

As contas a pagar a fornecedores e outros passivos, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.10 Financiamentos Bancários

Os empréstimos são registados no passivo nominal recebido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo, com exceção dos empréstimos diretamente ligados à construção.

Os empréstimos são classificados em passivos correntes, a não ser que a Santa Casa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.11 Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância económica e não de forma de contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizadas pelo método financeiro, reconhecido o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido na política 3.2. acima e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.



As locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.12 Rédito e regime de Acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da SCMM.

A Santa Casa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a SCMM obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda substancialmente resolvidas.

A Santa Casa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação de serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do crésimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.13 Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser reconhecido e de que a SCMM cumpre todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos incorridos e registados, com o desenvolvimento das atividades subsidiárias, sendo os mesmos reconhecidos em resultado à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

As doações não reembolsáveis relacionadas com ativos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidas nos fundos patrimoniais e subseqüentemente imputadas numa base sistemática como rendimentos do exercício na proporção das amortizações efetuadas em cada período.



4 -. Ativos Fixos Tangíveis

Com referência a 31 de dezembro de 2021, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações foram os seguintes:

Ativos Fixos Tangíveis - 31 de dezembro de 2021

	Saldo em 01/01/21	Aquisições	Abates	Aleiações	Tranferências	Saldo a 31/12/21
Custo						
Terrenos e Recursos Naturais	1.938.758					1.938.758
Edifícios e outras Construções	5.653.953	25.961				5.679.914
Equipamento Básico	782.716	8.323				791.039
Equipamento Transporte	255.899	2.700				258.599
Equipamento Administrativo	220.438			-134.610		85.828
Out. AFT	42.145	0				42.145
Obras de arte	0	0				
Investimentos em curso	528.657	39.443				568.100
	9.422.566	76.428	0	-134.610	0	9.364.385

	Saldo em 01/01/21	Aquisições	Abates	Aleiações	Tranferências	Saldo a 31/12/21
Depreciações Acumuladas						
Terrenos e Recursos Naturais						
Edifícios e outras Construções	3.137.464		161.837		-9.367	3.289.933
Equipamento Básico	730.442		17.056		85	747.583
Equipamento Transporte	221.257		12.304			233.561
Equipamento Administrativo	106.617		8.037	143.261		257.915
Out. AFT	42.145					42.145
Investimentos em curso						
	4.237.925	0	199.234	143.261	-9.282	4.571.138
Valor Total Líquido	5.184.641	76.428	-199.234	-277.871	9.282	4.793.247

As aquisições de Ativos Fixos Tangíveis no ano 2021 respeitam essencialmente à continuação dos trabalhos em curso na construção da casa " Viva a Vida" e que corresponde a 39.442 euros. Inclui também a aquisição de equipamento básico, nomeadamente colchões e mobiliário diverso, representando um total de 17.056 Euros e ainda aquisição de equipamentos administrativos.

No período de 2018 a 2020, a SCMM celebrou 3 contratos de financiamento com o fornecedor Grenke para aquisição de painéis solares (115.318€) um desfibrilhador (4.797€) e um leitor de reconhecimento facial – relógio de ponto (15.100€), após análise dos referido contratos, verificou-se que os mesmos correspondem efetivamente a contratos de locação operacional na medida em que constam nas cláusulas nos mesmos que referem que o locatário SCMM, tem que devolver o bem á Grenke ou que o locatário não tem o direito de adquirir a propriedade do bem.

Por conseguinte procedeu-se á sua regularização no Imobilizado, tendo as rendas pagas a este fornecedor sido consideradas como gasto do período.

As amortizações contabilizadas em 2021 ascenderam ao montante de 199.234,15 Euros.

5 – Investimentos em Curso

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “Investimento em curso” apresenta-se:

	31-12-2021	31-12-2020
<u>Investimento em curso</u>		
Construção da Casa Viva à Vida	535.487	488.252
Construção Infantário	30.135	30.135
Outros	2.478	10.269
	<u>568.100</u>	<u>528.657</u>

Em 31 de dezembro de 2021 o investimento em curso apresenta o valor de 568.100€

O valor de 2020 referente a outros no montante de 10.269€ foi regularizado para a conta de ativos fixos tangíveis.

6. Bens do Património Histórico e Cultural

Apresenta-se de seguida detalhe desta rubrica que contempla os imóveis da Praça de Touros e da Igreja da Misericórdia.

	31-12-2021	31-12-2020
<u>Bens do Patrimonio histórico e Cultural</u>		
Aquisição - Praça De touros	179.719	179.719
Aquisição - igreja da Misericórdia	431.815	431.815
	<u>611.535</u>	<u>611.534</u>
<u>Depreciações Acumuladas</u>		
Aquisição - Praça De touros	61.865	59.019
Aquisição - igreja da Misericórdia	30.317	187.446
	<u>92.182</u>	<u>246.465</u>
	<u>519.353</u>	<u>365.070</u>

7. Inventários

Em 31 dezembro de 2021 e 2020 a rubrica "Inventários" apresenta a seguinte composição:

	31-12-2021	31-12-2020
<u>Matéris Primas, subsidiárias e de consumo</u>		
Material Clínico	16.525	17.955
	<u>16.525</u>	<u>17.955</u>

Os valores que constam nesta rubrica refletem a quantia do custo a ser reconhecida como um ativo e a ser escriturada até que os réditos relacionados sejam reconhecidos.

8 . Clientes, contribuintes e utentes



Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica “Clientes, contribuintes e utentes” tinha a seguinte composição:

	31-12-2021	31-12-2020
<u>Clientes Contribuintes e utentes</u>		
<u>Conta Corrente</u>		
Lar de Idosos	33.662	25.988
Centro de Dia	229	991
SAD	3.509	4.022
Creche - CIA	1.138	1.686
Pré- escolar -. CIA	3.771	2.623
Cresche - CIS	1.904	1.805
Pré- escolar -. CIS	2.601	3.072
Cantina Social	305	93
Unidade de Cuiaddos Continuados	22.706	15.055
Rendas de Habitação	3.962	2.168
Rendas Comerciais	7.565	2.807
Rendas do Hospital	0	0
	<u>81.351</u>	<u>60.310</u>

O saldo apresentado refere-se ao valor das mensalidades dos utentes em dívida a 31/12/2021, apresentado por valência.

As alterações entre valores comparativos entre anos 2021 e 2020, não se devem a qualquer alteração no tratamento destas contas, mas sim no normal decurso dos procedimentos.

No quadro que se segue estão refletidas as maturidades dos respetivos valores a receber.

Salienta-se o facto de que a saída de utentes, bem como o falecimento de alguns utentes originaram a parcela que se encontra por receber há mais de um ano.

Maturidade	31-12-2021	
	Utentes	Rendas
30 dias	25.240	936
60 dias	12.112	733
90 dias	16.733	1.132
354 dias	15.640	1.160
. + 365 dias Utentes perdidos	667	
. + 365 dias Utentes Falecidos	6.996	
	<u>77.389</u>	<u>3.962</u>

9. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica "Estado e Outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-12-2021	31-12-2020
Ativo		
IVA (imposto sobre o valor acrescentado)	3.335	8.974
	<u>3.335</u>	<u>8.974</u>
Passivo		
IVA (imposto sobre o valor acrescentado)	71.637	0
IRS (Imposto sobre o Rendimento)	21.036	14.916
Segurança Social	64.521	60.601
	<u>163.864</u>	<u>75.518</u>

Os valores do Ativo – IVA a receber referente ao reembolso pedido dos valores dos bens alimentares do ano de 2021.

Os valores do Passivo respeitam às obrigações legais do mês de dezembro de 2021 e que foram liquidadas em 2022 dentro do prazo legal de pagamento (Retenções de IRS e Segurança Social).

Contemplese também valores de IVA referentes a correções officiosas feitas pela DGCI no âmbito de um processo de inspeção.

10. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica "Outros ativos Correntes" tinha a seguinte composição:

	31-12-2021	31-12-2020
<u>Outros Ativos Correntes</u>		
Outros Devedores	33.750	93.750
Quotas atrasadas	44.482	42.654
Valores a regularizae - Seg Social	217.469	214.168
Restantes	192.382	108.282
	488.083	458.854

A diminuição registada na rubrica "Outros Ativos Correntes" que ascende o montante de 488.083€ no valor de 29.229€ em 2021.

Este montante manteve-se estável comparativamente com 2020, não havendo grande oscilação.

Estes montantes respeitam a um contrato de subsídio à exploração no âmbito da candidatura "Lisboa – 06-4232-FSE000035". Trata-se de um projeto com o objetivo principal da inclusão social e combate à pobreza e à discriminação. O valor aprovado corresponde ao montante de 227 435€ e teve início em 2020.

Os outros devedores referem o contrato celebrado entre as Entidades Instituidoras do Fundo "Rainha D.^a Leonor" com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a União das Misericórdias Portuguesas em períodos anteriores e o objetivo foi o financiamento para a construção de Centro de Apoio à Vida – Centro de Acolhimento para Adolescentes e Mulheres Grávidas e que se encontra ainda em fase de construção.

A rubrica "Quotas atrasadas" reflete o valor de quotas dos irmãos da Santa Casa por liquidar. O valor é superior porque o colaborador responsável que executar as cobranças tem estado condicionado às exigências de confinamento devido pela epidemia Covid, o que obrigou ao adiamento da cobrança para períodos posteriores, tal como aconteceu no ano de 2020.

A Rubrica "CRSS/ARS" – Segurança Social reflete os saldos por receber da Segurança Social dos meses de novembro e dezembro, ao abrigo do contrato assinado para a unidade de cuidados continuados. E ainda ao valor do subsídio à exploração "Lisboa – 06-4232-FSE000035".

11. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 saldo da rubrica "Diferimentos" comporta ao nível dos gastos material de limpeza, seguros e outros fornecimentos adquiridos e ao nível dos rendimentos comporta o rédito a reconhecer do contrato assinado entre a segurança social e a unidade de cuidados continuados:

	31-12-2021	31-12-2020
<u>Diferimentos (Ativo)</u>		
Material de limpeza		1.787
Seguros	195	2.409
Outros Gastos		38
	<u>195</u>	<u>4.234</u>
<u>Diferimentos (Ativo)</u>		
CLDS	<u>184.200</u>	<u>214.168</u>
	<u>184.200</u>	<u>214.168</u>

12. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 saldo da rubrica "Caixa e depósitos bancários", tinha a seguinte composição:

	31-12-2021	31-12-2020
<u>Caixa e Depósitos Bancários</u>		
Caixa	6.075	6.533
Depósitos Ordem		
CGD	334	334
BCP	618	618
Novo Banco	2.702	2.702
Caixa de Credito agricola	68.910	147.429
Montepio Geral	4.082	4.082
Depósitos a prazo	<u>842.442</u>	<u>1.167.442</u>
	<u>925.163</u>	<u>1.329.141</u>

Os equivalentes de caixa satisfazem os compromissos e representam as entradas e saídas de curto prazo necessárias às operações correntes. Estes valores são facilmente convertíveis em fluxos monetários líquidos.

13. Fundos

A Santa Casa não tem capital social estatutário, referindo-se o montante reconhecido como Fundos ao valor de entradas em espécie ocorridas à data da sua constituição.

14. Resultados Transitados

Por decisão da Assembleia Geral realizada em 07 de junho de 2021 foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica Resultados Transitados.

15. Ajustamento/ Outras variações nos fundos patrimoniais.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 saldo da rubrica “Ajustamento/ Outras variações nos fundos patrimoniais” comporta os subsídios ao investimento e apresenta os seguintes valores:

	31-12-2021	31-12-2020
<u>Outras Variações nos fundos patrimoniais</u>		
Subsídios ao investimento		
Construção dos Cuidados Continuados	412.500	450.000
Construção do Lar		
Construção do CIS	-413	-413
Fundo Rainha D. Leonor	225.000	225.000
Doações	701.910	704.532
Maquinas de embolar touros	2.804	3.506
	<u>1.341.801</u>	<u>1.382.625</u>

O saldo de 225.000€ resulta do contrato celebrado a 15 de janeiro de 2019 entre a Entidade e “Entidades Instituidoras do Fundo Rainha D. Leonor”, designadamente Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a União das Misericórdias Portuguesas, com o objetivo de receber um financiamento para a construção de Centro de Apoio à Vida – Centro de Acolhimento para Adolescentes e Mulheres Grávidas e que se encontra em fase de construção.

Prevê-se a sua conclusão em 2022.

Relativamente às doações, durante o ano transato de 2021, os movimentos refletidos representam a proporção de rendimento originado em consonância à imputação da proporção das depreciações dos respetivos bens.

Também, para a construção da unidade de cuidados continuados, no ano de 2021, os movimentos refletidos representam a proporção de rendimentos originando em consonância à imputação da proporção das depreciações dos respetivos bens.

16 . Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos desta rubrica apresentam os seguintes valores:

31-12-2021						
Empréstimos - Não Correntes						
Entidade	Descritivo Empréstimo	Data de inicio	Data Fim	Taxa de Juro Nominal Anual	Capital Inicial	Capital em dívida Actual
Outros Créditos	CC MÚTUO	13-04-2014	13-07-2030		1.730.000	681.448
- CCMA	FSRNM	01-01-2015	31-12-2022	2,50%	500.000	81.250
- FSRM						
Locação Financeira Imobiliária						
Grenke	Paineis Solares					
Grenke	Desfribilhador					
CCMA	Credito automóvel - 94-XF-69	05-04-2019	05-04-2024	2,1%	13.382	5.357
CCMA	Credito automóvel - 92-XF-71	05-04-2019	05-04-2024	2,1%	13.382	5.534
RCI - BANKE PORTUGAL	Credito automóvel - 97ZV-69	25-11-2019	28-11-2021		19.056	5.823
Grenke	Leitor optico Face	19-08-2020	18-08-2024			
Total					2.275.820	779.411

31-12-2020						
Empréstimos - Não Correntes						
Entidade	Descritivo Empréstimo	Data de inicio	Data Fim	Taxa de Juro Nominal Anual	Capital Inicial	Capital em dívida Actual
Outros Créditos	CC MÚTUO	13-04-2014	13-07-2030	2,50%	1.730.000	760.233
- CCMA	FSRNM	01-01-2015	31-12-2022		500.000	156.250
- FSRM						
Locação Financeira Imobiliária						
Grenke	Paineis Solares	18-01-2018	18-01-2022		115.318	62.464
Grenke	Desfribilhador	19-03-2019	18-03-2024		4.797	3.206
CCMA	Credito automóvel - 94-XF-69	05-04-2019	05-04-2024	2,1%	13.382	7.289
CCMA	Credito automóvel - 92-XF-71	05-04-2019	05-04-2024	2,1%	13.382	7.289
RCI - BANKE PORTUGAL	Credito automóvel - 97ZV-69	25-11-2019	28-11-2021		19.056	12.175
Grenke	Leitor optico Face	19-08-2020	18-08-2024		15.100	13.994
Total					2.411.035	1.022.900

Nos financiamentos obtidos, em outros créditos consta o valor de 762.698€ respeitantes a um contrato celebrado entre a Santa Casa e o Fundo de Reestruturação do sector Solidário (FSRR) e a um mútuo com a Caixa de Crédito Agrícola.

Prevê-se a amortização em prestações mensais a decorrer até 2030.

A taxa de juro anual nominal será adequada em função das variações que ocorrem com referência ao indexante – Euribor a 6 meses.

17 – Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 saldo da rubrica “Fornecedores”, tinha a seguinte composição:

	31-12-2021	31-12-2020
<u>Fornecedores</u>		
Fornecedores C/C		
30 Dias	61.186	72.613
60 dias	39.639	153.897
» + 90 Dias	<u>161.686</u>	<u>130.608</u>
	<u>262.511</u>	<u>357.118</u>

A rubrica “Fornecedores”, representa os valores a liquidar no curto prazo e que respeitam aos principais fornecimentos para o funcionamento da SCMM, como a compra de géneros alimentares, aquisição de serviços técnicos de manutenção dos equipamentos, eletricidade, comunicações, apoio informático, entre outros.

A maturidade das obrigações correntes divide-se em 30 dias, 60 dias e maior ou igual a 90 dias, não sendo superior a um ano, sendo que a maturidade de 90 dias é a parcela que maior valor detém.

Do total, as parcelas que consubstanciam os maiores valores dizem respeito ao fornecedor ProCatering, Lda.

Este fornecedor presta serviços de gestão de refeitórios – Catering a 31 de dezembro de 2021 representa o montante total em dívida de 161.686€ pagamentos a » + 90 Dias.

Todos os restantes representam valores normais, considerando as relações habituais no decorrer da atividade ao longo dos anos.

18 – Outras Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 saldo da rubrica “Outros Passivos Correntes”, tinha a seguinte composição:

	31-12-2021	31-12-2020
Outros Passivos Correntes		
Estimativa férias/Sub Férias	397.269	406.825
CRSS - acertos das Comparticipações	184.200	81.712
Outros Passivos	52.611	60.554
	<u>634.080</u>	<u>549.091</u>

Os valores refletidos na rubrica “Outros Passivos Correntes” refletem em maior proporção os valores referentes à estimativa de Férias e Subsídio de Férias a liquidar no ano de 2022.

Os montantes evidenciados em CRSS.- Acertos de participações devem-se ao diferencial de montante entre as mensalidades no lar e os valores das respetivas pensões, e valores dos utentes em que as pensões se encontram à guarda da SCMM.

Em outros passivos está subjacente a responsabilidade de pagamento, principalmente, aos prestadores de serviços especializados que se encontram a recibo verde (subcontratados), como os enfermeiros e pessoal técnico e ainda a eventuais despesas de utentes. Valores estes que a maturidade não atinge os 90 dias.

19 – Vendas e Serviços Prestados

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 saldo da rubrica "Vendas e Serviços Prestados", tinha a seguinte composição:

<u>Entidade</u>	<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2020</u>
<u>Infancia e Juventude</u>		
cresches	111.582	127.095
Pré- escolar	107.136	104.244
Outros	8.110	6.366
<u>Terceira Idade</u>		
Lares	574.651	635.709
Centro de dia	7.061	28.340
Apoio domiciliário	116.058	129.233
Cuidados Continuados	166.592	160.411
Cantina social	3.091	2.247
Quotizações	16.138	16.894
Consultas, urgencis e enfermaria	2.762	2.805
Serviços Socias - ATL /Seg Escolar	16.526	321
	<u>1.129.707</u>	<u>1.213.665</u>

Relativamente a esta rubrica, o Lar continua a ser a valência que abarca o valor mais substancial no total das prestações de serviço da SCMM, seguindo-se os Serviços de Cuidados Continuados e o Apoio Domiciliário, no que se refere à terceira idade.

Nos serviços à infância e juventude são as creches que têm maior proporção, representam o total das prestações de serviços. Estes factos não são de estranhar dado que a dedicação e missão da SCMM incide essencialmente nestas duas vertentes.

Em 2021 o total desta rubrica teve uma ligeira diminuição relativamente a 2020.

20 – Subsídios, doações e legados à exploração

Foram reconhecidos rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios, nos períodos de 2021 e 2020:

	31-12-2021	31-12-2020
Centro Regional de Seg. social		
Infancia e Juventude		
cresches	396.933	354.181
Pré- escolar	213.458	238.508
Terceira Idade		
Lares	295.823	292.151
Centro de dia	21.127	26.571
Apoio domiciliário	458.020	464.149
Cuidados Continuados	576.888	564.124
Cantina social	141.973	137.039
Programa Emergência alimentar - PEA	45.433	48.275
Outros	140.289	41.847
	<u>2.289.944</u>	<u>2.166.846</u>

Os subsídios à exploração na SCMM continuam a representar grande parte dos seus rendimentos, evidenciando a dedicação e esforço contemplado da SCMM sobre a população, no estabelecimento da continuidade dos apoios sociais concedidos.

Em 2021 a SCMM contou com mais 85.062€ para uso nos seus propósitos sociais.

Em 2021 a SCMM continuou o projeto com a Câmara Municipal de Montijo, cujo objetivo é o auxílio no fornecimento de refeições a doentes COVID.

Refere-se ainda que a SCMM integrou no exercício de 2012 a rede solidária de cantinas sociais no âmbito do PEA – Programa Emergência Alimentar lançado pelo governo, iniciando o serviço de distribuição de refeições em maio de 2012.



21 – CMVMC – Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

O CMVMC no exercício de 2021 e 2020 detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2021	31-12-2020
<u>Matérias primas, subsidiárias e de consumo</u>		
<u>Saldo inicial - 01/Janeiro</u>	17.955	7.234,00
Regularizações		
Compras	348.173	332.723,00
<u>CMVMC</u>	<u>-349.603</u>	<u>-322.002,00</u>
<u>Saldo final - 31/ dezembro</u>	<u>16.525</u>	<u>17.955</u>

No presente exercício as compras englobam os bens adquiridos, essencialmente, por doações efetuadas por grandes superfícies comerciais, como o LIDL e o Aldi, e representa na maioria géneros alimentícios.

22. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 saldo da rubrica “Fornecimentos e serviços externos”, tinha a seguinte composição:

	31-12-2021	31-12-2020
<u>Fornecimentos E Serviços Externos</u>		
Subcontratos		
Exploração de refeitório	374.316	376.483
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	108.904	100.150
Publicidade e propaganda	1.070	417
Vigilância E Segurança	7.897	4.688
Honorários	136.228	145.091
Comissões	0	65
Conservação e reparação	33.580	34.848
Outros Serviços especializados	3.549	3.855
 Materiais		
Ferramentas e utensilios de desgaste rápido	15.116	10.337
material de escritório	9.047	5.232
Outros	6.090	11.777
Energia e fluidos		
Electricidade	65.019	62.839
Combustíveis	26.780	27.797
Água	26.191	30.825
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações, estadas e transportes	997	1.202
Serviços Diversos		
Rendas e alugueres	4.280	4.637
Comunicação	13.504	11.208
seguros	16.219	11.220
Contencioso e notariado	7.365	1.449
Limpeza Higiene e conforto	40.183	46.310
Outros Serviços	344.790	347.812
	1.241.125	1.238.242

Relativamente a esta rubrica, o total dos gastos incorridos foi de 1.241.125€, valor ligeiramente superior ao ano de 2020, a este propósito é de referir e tal como se verificou no ano anterior, o aumento no recurso a trabalhos especializados para fazer face aos serviços decorrentes do combate á pandemia COVID 19.

23. Gastos com Pessoal

A repartição dos gastos com pessoal nos períodos findos em 2021 e 2020 é a seguinte:

	31-12-2021	31-12-2020
<u>Gastos com pessoal</u>		
Remunerações a orgão sociais	0	0
Remunerações do Pessoal	1.632.425	1.566.756
Benbeficios Pós-emprego	386	2.319
Indeminizações	0	16.362
Encargos sobre remunerações	499.728	513.057
Seguros	32.955	31.183
Gastos de acção social	0	0
Outros gastos com pessoal	457.657	578.710
	<u>2.623.150</u>	<u>2.708.388</u>

Em 2020 a SCMM empregava 207 funcionários, em 2021 totaliza 180 de funcionários ativos.

O montante referente a gastos com pessoal reduziu comparativamente com 2020, tal facto deve-se a que no ano de 2021 a SCMM teve em média 40 pessoas de baixa.

24 – Outros Rendimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 saldo da rubrica “Outros Rendimentos”, tinha a seguinte composição:

	31-12-2021	31-12-2020
<u>Outros Rendimentos</u>		
Rendimentos Suplementares	345.178	392.089
Rendimentos e ganhos em Invest. Não Financeiros	178.975	155.075
Outros Rendimentos		
Imputação de subsídios ao investimento	38.201	38.201
Donativos	224.150	207.383
Outros	21.645	121.597
	<u>808.148</u>	<u>914.346</u>

Nesta rubrica está contemplado os "Rendimentos e ganhos em investimentos financeiros", valores que se referem a arrendamentos de imóveis da SCMM, rendas do hospital, habitações e comerciais.

Evidenciamos também os valores recebidos de donativos, na sua maioritariamente de géneros alimentares, doações estas feitas principalmente por superfícies comerciais LIDL e Aldi à SCMM.

25 – Outros Gastos

A repartição dos outros gastos nos períodos findos em 2021 e 2020 é a seguinte:

	31-12-2021	31-12-2020
<u>Outros Gastos</u>		
Impostos	400	544
Outros Gastos		
Dividas incobráveis		49.030
Correcções relativas a periodos anteriores	90.235	9.253
Quotizações	3.340	2.840
Outros	52.807	12.979
	<u>146.783</u>	<u>74.646</u>

Nesta rubrica verificamos um aumento substancial de montante relativamente a 2020, tal facto deve-se a correções contabilísticas relativamente a anos anteriores relacionadas com o ponto 4 - ativo Fixo Tangível

E deve-se também à contabilização de coimas associadas ao processo de acção de



fiscalização pelos serviços de inspeção tributária da direcção de Finanças Setúbal – Plano Prestacional n.º2194 2021 054437 e Plano Prestacional n.º 2194 2021 56251.

26 – Resultados Financeiros

A repartição Resultados Financeiros nos períodos findos em 2021 e 2020 é a seguinte:

	31-12-2021	31-12-2020
<u>Juros e Rendimentos Similares Obtidos</u>		
Juros Obtidos	543	321
	<u>543</u>	<u>321</u>
<u>Juros e Rendimentos Similares suportados</u>		
Juros pagos	-4.438	-3.190
	<u>-4.438</u>	<u>-3.190</u>
	<u>-3.895</u>	<u>-2.869</u>

Tendo em conta a conjuntura e a não alteração dos contratos vigentes, não se prevê alteração na estrutura desta rubrica, sendo previsível que os próximos anos se mantenham com o mesmo nível de financiamentos.

27 – Membros dos Órgãos diretivos

Com referência a 31 de dezembro de 2021 os órgãos sociais da SCMM eram compostos como se segue:

27.1 Mesa da Assembleia Geral

<u>Cargo</u>	<u>Nome</u>
Presidente	João Manuel Pereira Afonso
Vice-Presidente	Luis Manuel Tavares Castanheira
Secretário	Fernanda Maria Pacheco Guerreiro

27.2 – Mesa Administrativa

<u>Cargo</u>	<u>Nome</u>
Provedor	Ilidio José Viegas Martins Masscote
Vice-Provedor	Carlos Alberto F. Moreira
Tesoureiro	Isabel Martins Pereira Silva
Secretário	Ana isabel Benito Gaspar Pereira
Vogal Efectivo	Joaquim José Gomes Baldrico
Vogal Efectivo	Vera Maria César Agostinho Andrade
Vogal Efectivo	Francisco Xavier Tavares Pacheco

27.3 – Conselho Fiscal

<u>Cargo</u>	<u>Nome</u>
Presidente	Nuno Miguel da Costa Caetano
Vice-Presidente	Mário Avelino Iça Ferreira Gregório
Secretário	Idalina Manuela Maricato Oliveira Pacifico

Refere-se que os órgãos diretivos da SCMM não recebem qualquer remuneração pelos serviços prestados.



28 – Outras Informações Relevantes

Acção Fiscalização – IVA – Liquidações Oficiosas

A 31 de dezembro a SCMM apresenta um saldo de 61.945,67€ na rubrica liquidações Oficiosas referente a uma dívida fiscal da Entidade das faturas do fornecedor “Grupo Mirandas” – Processo n.º 2194202101102990.

Processo este que se encontra em plano de pagamentos n.º 2194.2021.54437, que será liquidado até abril de 2023.

Referimos também que no exercício de 2010, a Santa Casa, foi sujeita a uma Acção de fiscalização pelos serviços de Inspeção tributária da Direção de Finanças de Setúbal. Esta Acção recaiu fundamentalmente sobre o contrato de arrendamento e obras no imóvel da Praça de Touros. As conclusões apresentadas decorreram da análise das restituições de IVA, por desconformidade com o Decreto-lei 20/90 e o enquadramento fiscal da entidade em sede de IVA e IRC para os períodos respetivos de 2006 a 2010 e 2006 a 2009. De acordo com o relatório desta Acção de fiscalização, emitido em 24 de janeiro de 2011, os serviços de finanças apontam no sentido de efetuar as correções devidas.

Em 31 de dezembro de 2021, a informação disponível no portal da Autoridade Tributária quanto ao processo executivo de dívida fiscal identifica o montante de 16.130,76€, montante este que já se encontra totalmente liquidado à data.

Situação económica – Covid 19/ Conflito Ucrânia-Rússia

Por último é ainda de referir que apesar da pandemia do Covid-19 verificada nos anos de 2020 e 2021, que afetou a economia mundial, o ano de 2022 esperava-se muito promissor até meados de fevereiro, altura em que a situação na Ucrânia-Rússia veio ensombrar essa perspetiva, podendo o cenário macroeconómico não vir a ser tão favorável para a obtenção de melhores resultados. Como consequência desta situação, a economia revela atualmente um enorme estado de incerteza, cuja duração e consequências são ainda imprevisíveis. Com os elementos disponíveis, consideramos que estão criadas as condições operacionais para a manutenção da atividade da Entidade, estando assegurados os compromissos financeiros e sociais assumidos.”





A handwritten signature in black ink, appearing to be 'J. F. A.', located in the top right corner of the page.

*

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTIJO

**REVISÃO LEGAL DAS CONTAS
EXERCÍCIO DE 2021**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da *Santa Casa da Misericórdia do Montijo* (“Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021, (que evidencia um total de 6.854.549 euros e um total de fundos patrimoniais de 4.830.482 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 335.992 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações dos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme referido na nota 28 “Ação Fiscalização – IVA – Liquidações Oficiosas” do anexo às demonstrações financeiras, a Entidade tem dívidas em mora ao Estado de aproximadamente 78.000 euros, provenientes de dívidas fiscais em sede de IVA, referentes à não aplicação da regra da inversão do sujeito passivo (61.946 euros) e por desconformidade com o Decreto-lei 20/90, e o enquadramento fiscal da entidade em sede de IVA e IRC para os períodos respetivos de 2006 a 2010 e 2006 a 2009 (16.131 euros). Refira-se que para os valores em aberto, foram celebrados acordos de pagamento em regime de prestações, sendo que na presente data um dos acordos encontra-se a ser cumprido e o segundo já foi totalmente liquidado.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística adotada em Portugal para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

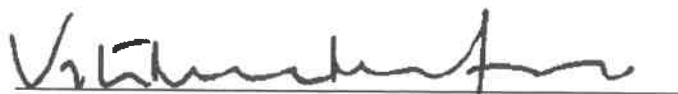
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Alfragide, 25 de março de 2022


**Vítor Manuel Mendes Santos em representação de
DFK & Associados, SROC, Lda**